

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.090 - RJ  
(2018/0275855-5)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : IVAN JORGE ABREU SILVEIRA**  
**ADVOGADOS : JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS - RJ101021**  
**JOSE MARCOS DE AZEVEDO ABREU JUNIOR - RJ173119**  
**EMBARGADO : UNIÃO**

**EMENTA**

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. A CONTRARIEDADE DA PARTE COM A DECISÃO POSTA NÃO CARACTERIZA VÍCIO DE JULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de *embargos de declaração* opostos por IVAN JORGE ABREU SILVEIRA contra decisão que não conheceu do seu recurso ordinário, ementada nos seguintes termos:

*RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CABIMENTO. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO.*

Em suas razões, a parte embargante reputou contraditória a decisão embargada, pois o artigo 18 da Lei nº 12.016/2009 prevê o recurso ordinário como cabível contra decisão proferida em mandado de segurança. Postulou conhecimento e acolhimento com efeitos infringentes.

É o relatório. Decido.

Não merecem acolhimento os declaratórios.

A contrariedade da parte com a jurisprudência desta Corte Superior acerca do não conhecimento de recurso ordinário interposto contra decisão monocrática de desembargador por não ter sido exaurida a instância ordinária, não caracteriza vício de julgamento.

Assim, ausente contradição, não merecem acolhida os declaratórios.

**Ante o exposto, REJEITO os embargos declaratórios.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

